

## O TERCEIRO SETOR E A RECONFIGURAÇÃO DO PÚBLICO/PRIVADO NA EDUCAÇÃO

**ANTONIO ALVES FERREIRA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO -  
UEMASUL

[asalves2@gmail.com](mailto:asalves2@gmail.com)

**IZAIAS FÉLIX DA CUNHA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO -  
UEMASUL

[Izaiasfelix002@gmail.com](mailto:Izaiasfelix002@gmail.com)

**HUGO LIMA ARAÚJO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO –  
UEMASUL

[hugo.araujo@uemasul.edu.br](mailto:hugo.araujo@uemasul.edu.br)

**ROZA MARIA SOARES DA SILVA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO –  
UEMASUL

[roza.silva@uemasul.edu.br](mailto:roza.silva@uemasul.edu.br)

### 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo resulta da somatória de estudos e pesquisas realizadas junto ao Núcleo de Estudos em Estado, Políticas Públicas Educacionais e Democracia – NEPED, que tratam das parcerias público/privadas em educação. Assim, teve por objetivo analisar as configurações do público/privado para a educação a partir do Terceiro Setor. Para tanto, traz algumas contribuições conceituais acerca do Estado e do Terceiro Setor, apontando que a relação público/privado passa por novas configurações e implicações.

### 2 O TERCEIRO SETOR E A LÓGICA DO PÚBLICO/PRIVADO

No Brasil, a Reforma do Estado, formulada por Bresser Pereira, no governo de FHC, teve como fator principal o estabelecimento de metas para cumprir as exigências apresentadas pelos organismos internacionais, entre elas: a liberação comercial, o programa de privatizações e a estabilização do Plano Real. Esse conjunto de medidas foi intitulado de Plano Diretor da Reforma Gerencial do Estado.



Nesse período, a Reforma do Estado brasileiro apresentou estreita sintonia com os objetivos da política econômica e social apresentada pelos organismos financeiros internacionais, ganhando força, na década de 1990, com o fortalecimento das políticas neoliberais. Muito embora, desde a década de 1980, as discussões em torno da reestruturação do Estado fizessem parte da agenda política internacional.

Com o desenvolvimento das políticas neoliberais, a reformulação do Estado tornou-se questão central no cenário internacional.

Essa reforma, na concepção de Diniz e Azevedo (1997, p. 63), “[...] teria por objetivo priorizar o papel normativo e de controle do Estado”, de forma que as discussões em torno da Reforma do Estado, nos termos em que é hoje apresentada, teve sua origem na gestão Collor e alcançou seu ponto máximo, a partir de 1995, na gestão de FHC. Nesse contexto, ganha força a reestruturação da política econômica brasileira, com especial atenção para a política de *ajuste fiscal*, que passou a ganhar tônica nesse período e culminou com a Reforma no governo de FHC, respondendo aos interesses da classe burguesa neoliberal e promovendo um movimento de primazia de políticas focais minimalistas em detrimento das políticas sociais de cunho universal.

As políticas públicas, de forma particular, as que orientam as determinações educacionais a partir da década de 1990, traduzem uma nova reconfiguração da relação entre o público e o privado. Dessa forma, as políticas educacionais não são somente determinadas pelas mudanças que ocorrem na redefinição do papel do Estado, mas são partes dessa mudança.

Com base nessas ideias, percebemos a defesa de um Estado mínimo diante das questões sociais e máximo diante dos objetivos da política econômica neoliberal, que defende e legaliza o processo de privatização, de descentralização e consubstancia a política de ajuste fiscal. Nessa direção, os primeiros anos do governo de FHC apresentaram aspectos de reconfiguração administrativa do Estado e suas estratégias de política social ancoradas nas diretrizes neoliberais. O Estado deixa de ter suas características econômicas pautadas no desenvolvimentismo, passando a ser um Estado não intervencionista, agente propulsor de políticas de privatização e regulador das políticas macroeconômicas.

A Reforma do Estado brasileiro do governo de Fernando Henrique Cardoso segue, de forma implícita ou explícita uma gama de diretrizes neoliberais. Dentre elas, podemos



destacar o controle do Estado em seus gastos com pessoal, com receitas e despesas em todos os setores. É nesse contexto que se afirmam as políticas de focalização das políticas públicas.

Com base nesse contexto de reconfiguração e de Reforma do Estado, instituída na década de 1990, o Terceiro Setor é estimulado a participação na execução de políticas sociais. Posto isto, o Terceiro Setor passa a ser um agente de promoção e manutenção do bem estar social. Para Peroni (2006), o Terceiro Setor vem assumindo poder econômico/político e resumindo a ação do Estado diante das políticas públicas.

O Terceiro Setor modifica a questão social ao repassar a responsabilidade do Estado para o indivíduo, tornando as políticas sociais focalizadas no atendimento a grupos e ainda, promovendo uma descentralização administrativa que transfere competências sem os recursos necessários para sua execução (Montão, 2005).

A relação entre o público/privado vem sofrendo mudanças, particularmente a partir da década de 1990, com o movimento de reconfiguração do Estado capitalista. A crise vivida pelo capital suscitou, nesse contexto, novas estratégias de superação. Deste modo, a explosão da globalização de mercado, a definição do neoliberalismo como estratégia política e econômica, a reestruturação produtiva e a Terceira Via são alguns exemplos de alternativas à crise estrutural global do capital.

A Terceira Via, também denominada de social-democracia, “se refere a uma estrutura de pensamento e de prática política que visa adaptar a social-democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo de duas ou três décadas” (Giddens, 2005, p. 36). A Terceira Via surge quando o Novo Trabalhismo se apresenta como uma alternativa política e econômica às perspectivas do neoliberalismo implementado pelo governo de Margareth Thatcher e aos fundamentos da antiga social democracia (Peroni, 2006).

Há um consenso entre os teóricos que defendem a Terceira Via e os neoliberais de que a crise está no Estado; por isso, não é uma crise do capital. Para os defensores dessa perspectiva, o Estado efetivou gastos excessivos com políticas sociais, e esse descontrole econômico provocou a crise fiscal. A diferença de pensamento das duas concepções se dá pela estratégia de superação da crise adotada: para os neoliberais, a saída se dá pela privatização, enquanto, para os teóricos da Terceira Via, a solução está no Terceiro Setor.



Nessa perspectiva, o Terceiro Setor subtrai da sociedade civil uma característica que a ela é inerente: a de espaço público historicamente consolidado pelas lutas sociais. Assim, o Terceiro Setor configura-se como um espaço que agrega organizações de atividades formais e informais, com ações voluntárias e individuais, formado por entidades que apresentam interesses políticos e econômicos (Montaño, 2005).

O Terceiro Setor estabelece significativas mudanças nas políticas sociais ao transferir a responsabilidade das questões sociais que, em essência, são questões do Estado, para a sociedade civil. Esse processo resulta na diminuição da responsabilidade do Estado na oferta de políticas sociais universais e prima por uma estratégia de políticas focalizadas a determinados grupos. Soma-se a essas questões o princípio da descentralização administrativa, tornando as políticas cada vez mais precarizadas, uma vez que as responsabilidades e competências são transferidas sem os recursos necessários para execução (Montaño, 2005).

O Terceiro Setor materializa a relação entre público/privado, por ser uma estratégia de afirmação de reconfiguração do estado capitalista. Para Peroni (2006, p. 12), “com o público não-estatal a propriedade é redefinida, deixa de ser estatal e passa a ser pública de direito privado”. As políticas sociais passam a ser executadas pelo público não-estatal através de duas concepções: do público que passa a ser de direito privado ou quando o Estado estabelece parcerias com instituições do Terceiro Setor.

Nesse sentido, passa a existir o que Peroni (2006) chama de quase-mercado. A propriedade continua sendo do Estado, porém a lógica de mercado (produtividade, eficiência e gerencialismo) é que passa a orientar o setor público. Esse movimento de transferência de responsabilidades, que gera a simbiose público/privado, vem ganhando força e se disseminando através de inúmeras parcerias entre Organizações Não-Governamentais – ONGs ou instituições privadas.

### 3 CONCLUSÕES

A relação entre o público/privado na educação brasileira tem origens históricas, porém é na década de 1990 que ela ganha contornos refinados da política neoliberal. A forma de sua manifestação é que variou de acordo com o tempo e a época. O embate entre os partidários da educação pública e os da educação privada no Brasil remonta a outros



momentos da história e das políticas educativas no país. Essa relação se sustenta nos vínculos de um Estado patrimonial, cuja feição tem cumprido um papel de destaque enquanto política de equidade social, não se constituindo, efetivamente, como um direito social.

## REFERÊNCIAS

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília, DF: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. (cadernos MARE da reforma do estado; v. 1)

DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (orgs.). **Reforma do estado e democracia no Brasil: Dilemas e perspectivas**. Brasília, DF: UNB, 1997.

GIDDENS, Antony. **A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção estatal**. São Paulo: Cortez, 2005.

PERONI, Vera M. Vidal. Conexões entre o público e o privado no financiamento e gestão da escola pública. *In: ECCOS: Revista Científica*, vol. 8, p. 111-132, jan./jun. 2006.

